

Estatísticas de servidores públicos no Brasil

1 - Quantos servidores públicos federais há em todo o Brasil?

Pesquisa estima que serão necessários até 655 mil servidores federais em 2050

Número é 17% maior ao que está em atividade hoje. Se os serviços públicos forem automatizados de forma moderada, a necessidade será menor.

Publicado: 29 Junho 2022 13:13 Última Atualização: 29 Junho 2022 13:13

2 - Quantos servidores públicos têm no estado de SP?

No Estado de São Paulo, o quadro de servidores soma 1.175.473 trabalhadores, lotados nas secretarias, autarquias, empresas e fundações.

Desse total, 709.933 são servidores ativos, 291.462 inativos e 172.629 são pensionistas. 28 de out. de 2012

3 - Quantos servidores públicos municipais há em todo o Brasil?

IBGE: 3,1% da população do País trabalham como servidores municipais

No ano de 2018, 6.531.554 de pessoas em todo o País trabalhavam na administração municipal direta e indireta, 3,2% a mais do que em 2017.

Ou seja, o contingente de servidores municipais era equivalente a 3,1% de toda a população brasileira.

Os dados são da Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais: Perfil dos Municípios (Munic) e Estados (Estadic) Brasileiros 2018, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4 - Quantas pessoas aposentadas há no Brasil?

Em 1945, o Brasil tinha apenas 200 mil aposentados. Segundo o último Boletim Estatístico da Previdência Social, o número de benefícios pagos em novembro de 2022 — incluindo aposentadorias, auxílios e pensões — superou os 37,5 milhões. 25 de jan. de 2023

Leia reportagem completa - Autoria: SENADO

(Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/25/apos-100-anos-previdencia-enfrenta-reformas-deficit-e-envelhecimento-da>)

5 - Após 100 anos, previdência enfrenta reformas, déficit e envelhecimento da população

Fonte: Agência Senado

O Brasil celebra nesta semana um século de Previdência Social. Tudo começou em um distante 24 de janeiro de 1923, quando o então presidente da República Arthur Bernardes sancionou o Decreto 4.682. O texto obrigava todas as companhias ferroviárias do país a criarem caixas de aposentadorias e pensões para seus funcionários.

No primeiro ano de vigência da lei, o sistema acolhia exclusivamente os empregados de 27 estradas de ferro. Após 100 anos de alguns avanços e muitas reformas, a Previdência virou um gigante de abrangência nacional: é responsável pelo pagamento de 22,4 milhões de aposentadorias apenas no Regime Geral (que inclui trabalhadores da iniciativa privada e servidores não filiados a regimes próprios), com um desembolso anual superior a R\$ 478,7 bilhões.

O Decreto 4.682 assegurava aposentadoria aos ferroviários com 50 anos de idade e 30 anos de serviço. Além de um rendimento na inatividade, a legislação previa benefícios como socorro médico, desconto em remédios e pensão por morte.

Um século depois, os critérios para a aposentadoria mudaram. Os trabalhadores do Regime Geral agora precisam respeitar uma idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), além de um tempo de contribuição de 20 anos (homens) e 15 anos (mulheres). Além disso, mesmo aposentado, o segurado paga à Previdência contribuições que variam de 7,5% a 22% do benefício.

A rede de proteção previdenciária — que em 1923 se restringia a aposentadoria, saúde e pensão por morte — evoluiu para uma gama de mais de 20 benefícios, auxílios e pensões. Além dos diversos tipos de aposentadoria, que variam de acordo com o perfil e o histórico de cada trabalhador, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) oferece auxílios acidente, doença e reclusão, além de seguro defeso do pescador artesanal, salário-maternidade e salário-família. A Previdência paga ainda o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência, assim como pensões por morte, talidomida, hanseníase e síndrome congênita do zika vírus.

Desafios

Desde a Constituição de 1988, a Previdência Social enfrentou pelo menos sete reformas. A primeira delas foi a Emenda Constitucional 3, de 1993, que instituiu a contribuição previdenciária de servidores públicos. A mudança mais recente foi a Emenda

Constitucional 103, de 2019, que extinguiu a aposentadoria por tempo de contribuição e elevou a idade mínima para homens e mulheres. Veja os principais pontos.

A principal justificativa para as reformas ocorridas ao longo dos tempos tem sido superar dois desafios: o envelhecimento da população e o déficit do sistema previdenciário. Em 1945, o Brasil tinha apenas 200 mil aposentados. Segundo o último Boletim Estatístico da Previdência Social, o número de benefícios pagos em novembro de 2022 — incluindo aposentadorias, auxílios e pensões — superou os 37,5 milhões.

A explicação para esse crescimento exponencial está no envelhecimento dos brasileiros. Em 1923, quando a Previdência foi criada, as pessoas com mais de 60 anos eram apenas 4% do total. Hoje representam 15%. Há um século, o país tinha 13 pessoas em idade ativa para cada idoso. Em 2023, a proporção é de quatro para um.

O aumento do número de segurados tem um custo. De acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social, o INSS desembolsou, em dezembro de 2006, R\$ 12,6 bilhões em benefícios. Em dezembro de 2021, último dado disponível, a cifra saltou para R\$ 48,7 bilhões.

Uma das consequências é o déficit. Segundo o projeto de lei orçamentária de 2023 (PLN 32/2022) enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, o Regime Geral teria um rombo de R\$ 267,2 bilhões neste ano. Para os regimes próprios dos servidores públicos civis e militares, o saldo negativo era calculado em R\$ 47,3 bilhões e R\$ 48,5 bilhões, respectivamente.

Estimativas sugerem que a última reforma, ocorrida em 2019, pode gerar uma economia de até R\$ 156,1 bilhões nas contas da Previdência. O valor é 78,8% maior do que os R\$ 87,3 bilhões esperados para o período quando a proposta de emenda à Constituição que instituiu as mudanças (PEC 133/2019) foi aprovada pelo Congresso.

Repercussão

Há mais de 40 anos, a Lei 6.926, de 1981, instituiu o 24 de janeiro como Dia Nacional do Aposentado. Nesta semana, senadores usaram as redes sociais para celebrar a data e lembrar os 100 anos da primeira lei previdenciária no Brasil.

Para o senador Weverton (PDT-MA), as últimas reformas “foram cruéis com o trabalhador brasileiro”. De acordo com o parlamentar, as novas regras prejudicaram os mais pobres, que trabalham por mais tempo na informalidade e nem sempre conseguem contribuir para a Previdência.

“Temos um desafio grande pela frente, que é promover políticas de geração de emprego e renda para trazer de volta à formalidade esses trabalhadores e recuperar a segurança trabalhista que sempre colocou o Brasil à frente de outros países nesta área. É imperativo que

tenhamos sucesso nessas duas frentes para que a Previdência tenha sustentabilidade no futuro”, destacou.

Também crítica da reforma da Previdência, a senadora Zenaide Maia (PSD-RN) afirma que as alterações promovidas no sistema previdenciário dificultaram a obtenção da aposentadoria, com aumento nos tempos de serviço e de contribuição, além da adoção de uma regra de cálculo que tende a diminuir os valores das aposentadorias. “Nós alertávamos isso quando votamos contra essas reformas: o Brasil está envelhecendo sem um sistema de seguridade social para proteger seus cidadãos”, disse.

Para o senador Rogério Carvalho (PT-SE), é preciso melhorar a vida dos aposentados. “Temos muito que recuperar o que foi retirado dos aposentados e do nosso sistema de Previdência com a reforma feita por [Jair] Bolsonaro, que tirou direitos e tornou os mais pobres ainda mais pobres”, escreveu.

O senador Romário (PL-RJ) parabenizou os aposentados. “Celebramos a experiência e o trabalho duro das pessoas aposentadas. Cabe ao Estado garantir a assistência dessas pessoas, muitas vezes através da própria Previdência Social, para que elas possam continuar tendo uma vida produtiva e repleta de dignidade”, publicou.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) lembrou que a centenária primeira lei sobre o tema só foi sancionada após muita pressão dos ferroviários. “Você sabia que o direito à aposentadoria só foi conquistado no nosso país após anos e anos de luta? Esse direito só foi possível graças à greve dos trabalhadores das estradas de ferro”, publicou.

Semana nacional

Para valorizar o sistema previdenciário brasileiro e incentivar a adesão de trabalhadores e empregadores, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou um projeto de lei que institui a Semana Nacional da Previdência Social. Pela proposta (PL 2.783/2022), a data será celebrada todos os anos na semana do dia 24 de janeiro.

O objetivo, explica o autor, é conscientizar a população sobre a importância do sistema previdenciário, que, junto com a saúde e assistência social, forma o tripé da seguridade social. Ele destaca o papel do sistema como mecanismo de distribuição de renda, aquecimento econômico e proteção contra os riscos sociais, tendo como um dos objetivos a universalidade da cobertura e do atendimento.

De acordo com o projeto, as ações a serem desenvolvidas durante a semana devem buscar fomentar a formalização do trabalho e a filiação no sistema previdenciário, além de conscientizar a população sobre o risco de acidentes do trabalho e os prejuízos causados pela evasão tributária de contribuições sociais previdenciárias.

— Temos grandes desafios pela frente, como garantir o superávit das contas da Previdência como demonstramos na CPI que tive a honra de presidir. Buscar os grandes

devedores, os devedores contumazes e tantos outros. Garantir a política de reajuste da inflação mais PIB para os benefícios da Previdência. Temos que agilizar o atendimento dos benefícios. Hoje, são mais de 5 milhões de pessoas esperando na fila. Fazer com que se volte a ter uma Previdência justa para todos. A reforma realizada pelo governo que ficou até o ano passado só retirou direitos. É o caso de viúvas e viúvos, que tiveram o benefício reduzido em 40%. O próprio cálculo do benefício, da forma que foi aprovado, só traz prejuízo para os brasileiros. Vamos festejar os 100 anos, mas alterar aquilo que for necessário — disse Paim.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: Agência Senado

Da Agência Senado | 25/01/2023, 16h00 - ATUALIZADO EM 26/01/2023, 13h20

Fonte: Agência Senado

(Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/25/apos-100-anos-previdencia-enfrenta-reformas-deficit-e-envelhecimento-da-populacao#:~:text=Em%201945%2C%20o%20Brasil%20tinha,superou%20os%2037%2C5%20milh%C3%B5es.>, data de acesso: 23/05/2023)